



28
8

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo no Agravo de Instrumento n. 0007597-21.2013.8.17.0000 (0309413-9)

Agravante: ANDERSON CARMO DA SILVA

Advogado(a): Paulo Emanuel Perezze Dias OAB/PE 020418

Agravado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DOENÇA DO TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA OU REATIVAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. INEXISTÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. POR UNANIMIDADE.

1. Para a concessão do provimento antecipatório de tutela é necessário o preenchimento dos requisitos capitulados no art. 273 do CPC, quais sejam, a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e dano irreparável ou de difícil reparação.
2. Com efeito, embora a parte Agravante afirme ter acostado laudo atualizado de médico da rede particular, não é presumível, em sede de cognição sumária, a antecipação dos efeitos da tutela.
3. Dessa forma coaduno com o entendimento do MM Juízo *a quo* quanto à necessidade de dilação probatória para que seja comprovada a total incapacidade temporária para atividade laboral habitual do segurado e o supracitado vínculo.
4. A clara necessidade de dilação probatória em processo de conhecimento, é incompatível com a prova inequívoca necessária à concessão da tutela requerida, como afirmou o Ministro Paulo Medina - A prova inequívoca é aquela que não enfrenta qualquer discussão. É patente, manifesta. (AGRAR nº 1.517/PR, Relator Min. Paulo Medina). (Grifos nossos).
5. Por fim, resta advertir que a perícia médica realizada pelo INSS (fls. 37) não constatou em exame realizado incapacidade do apelante para o trabalho ou para a sua atividade habitual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos este Recurso de Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0309413-9 em que figuram como agravante ANDERSON CARMO DA SILVA e como agravado o INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

89
w

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo no Agravo de Instrumento n. 0007597-21.2013.8.17.0000 (0309413-9)

Agravante: ANDERSON CARMO DA SILVA

Advogado(a): Paulo Emanuel Perezze Dias OAB/PE 020418

Agravado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo Legal contra decisão monocrática desta relatoria proferida nos autos do Agravo de Instrumento, que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao referido recurso, mantendo incólume a decisão atacada por entender que o feito carece de instrução probatória, porquanto, não se encontra instruído ainda com prova inequívoca capaz de demonstrar a probabilidade da alegação.

Irresignado com a decisão proferida, aduz o agravante que a decisão recorrida vai de encontro ao que se encontra provado nos autos, uma vez que o autor/agravante não apresenta condições de trabalho e comprovou incapacidade laborativa, preenchendo, pois, os requisitos para concessão do auxílio doença acidentário, espécie 91.

Aduz que o prejuízo causado pela demora no deslinde da questão, em virtude do caráter alimentar do benefício, está evidente, posto figurar o benefício como única fonte de renda do autor/agravante, enquanto o mesmo se encontra afastado do trabalho para tratamento médico. Alega, ainda, que resta presente o *fumus boni iuris*, ante a juntada de documentos médicos comprobatórios nos atuais estágios de impossibilidade do retorno ao trabalho, de acompanhamento e tratamento ambulatorial e fisioterápico do agravante até o ajuizamento da presente ação. E que o INSS negou o benefício ao autor violando o que dispõe o art. 59 da Legislação Previdenciária.

Afirma também que se encontra presente o perigo da demora, vez que o retorno do obreiro ao trabalho, sem que o mesmo se encontre devidamente curado e reabilitado, poderá agravar ainda mais o seu precário estado de saúde, além do que poderão advir prejuízos irreparáveis a sua saúde, caso não seja concedida a tutela antecipada.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 17 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

AA

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo no Agravo de Instrumento n. 0007597-21.2013.8.17.0000 (0309413-9)

Agravante: ANDERSON CARMO DA SILVA

Advogado(a): Paulo Emanuel Perezco Dias OAB/PE 020418

Agravado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

Cumprе ressaltar que para a concessão do provimento antecipatório de tutela é necessário o preenchimento dos requisitos capitulados no art. 273 do CPC, quais sejam, a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e dano irreparável ou de difícil reparação.

Nesse particular, colham-se as lições de Luiz Guilherme Marinoni:

"O juiz poderá antecipar os efeitos da tutela final pretendida pelo demandante desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 272, I, CPC). Trata-se de tutela antecipada com base na urgência na prestação da tutela jurisdicional. (...) O dano que enseja a tutela antecipatória é o dano concreto (não eventual), atual (iminente ou consumado) e grave (capaz de lesar significativamente a esfera jurídica da parte). O dano é irreparável quando os seus efeitos não são reversíveis. (...). O art. 273, CPC, faz referência à prova inequívoca, capaz de convencer o juiz da verossimilhança das alegações, como requisito para a concessão da antecipação da tutela. Não está, como é óbvio, fazendo referência a uma modalidade de prova, que possa colocar-se, por exemplo, ao lado das provas documental, testemunhal e pericial. Inequívoca é uma qualidade atribuída à prova. Melhor explicando: o legislador pretendeu deixar claro que o juiz somente deve conceder a tutela antecipatória quando for provável que aquele que a postula obterá um resultado final favorável. (...). Os termos "prova inequívoca" e "verossimilhança" somente são pertinentes em alguns casos de tutela antecipatória fundada no inciso I do art. 273, CPC, e não nas hipóteses de abuso do direito de defesa e naquelas em que o processo já está em segundo grau de jurisdição, em virtude de recurso interposto contra a sentença."

Sobre a verossimilhança da alegação, esclarece Fredie Didier Jr.:

"A prova inequívoca deve conduzir o magistrado a um juízo de probabilidade, verossimilhança, sobre os fatos narrados. O juízo de verossimilhança é aquele que permite chegar a uma verdade provável sobre os fatos, a um "elevado grau de probabilidade da versão apresentada pelo autor."



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

92
P

É imprescindível acrescentar que a verossimilhança refere-se não só à matéria de fato, como também à plausibilidade da subsunção dos fatos à norma invocada, conduzindo aos efeitos pretendidos. O magistrado precisa avaliar se há probabilidade de ter acontecido o que foi narrado e quais as chances de êxito do demandante.

Nessa mesma diretriz, segue a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. COMPENSAÇÃO DE ICMS. PERICULUM IN MORA NÃO DEMONSTRADO. I – Para a concessão da antecipação de tutela devem estar presentes a verossimilhança da alegação, além do fundado receio de dano irreparável. Tais requisitos devem ser demonstrados por meio de prova inequívoca. Esta a dicção do artigo 273 do CPC. A prova inequívoca é aquela que não enfrenta qualquer discussão. É patente, manifesta. II – Nesse âmbito, apesar de reconhecer a presença da verossimilhança da alegação, observo que o receio de dano irreparável não se encontra cabalmente demonstrado, porquanto não existe prova de que o contribuinte não restituirá os valores se ao final do processo reste vencedora a Fazenda Pública. [...] III – “A mera afirmação pela autora de que “se efetuado o levantamento, pelos réus, dos valores depositados, dificilmente terá como os reaver”, não passa de conjectura, indemonstrado, pois, ser existente prova relativa à ocorrência certa do fato alegado. A jurisprudência desta Corte Superior não se tem coadunado com o deferimento de pedido de antecipação de tutela requerido em ações idênticas a esta, porquanto ausente a demonstração de que possível a ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, consoante depreendido no julgamento da A.R. n. 1.814/ RS, Rel. Min. Garcia Vieira, in DJ 10/08/2001. Agravo regimental improvido.” (AGRAR nº 1.517/PR, Relator Ministro PAULO MEDINA, DJ de 11/03/2002, p. 154). IV – Agravo regimental improvido. (AgRg na AR 3.032/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/11/2004, DJ 01/02/2005, p. 388) (grifos acrescidos) No caso em tela, essa prova inequívoca, patente, manifesta, da existência da verossimilhança da alegação ainda não se mostra presente. (Grifos nossos).

Com efeito, embora a parte Agravante afirme ter acostado laudo atualizado de médico da rede particular, não é presumível, em sede de cognição sumária, a antecipação dos efeitos da tutela.

Dessa forma, coaduno com o entendimento do MM juízo *a quo* quanto à necessidade de dilação probatória para que seja comprovada a total incapacidade temporária para atividade laboral habitual do segurado e o supracitado vínculo

A clara necessidade de dilação probatória em processo de conhecimento é incompatível com a prova inequívoca necessária à concessão da tutela requerida,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

93
v

como afirmou o Ministro Paulo Medina – A prova inequívoca é aquela que não enfrenta qualquer discussão. É patente, manifesta. (AGRAR nº 1.517/PR, Relator Min. Paulo Medina). (Grifos nossos).

Sobre a necessidade de prova inequívoca para concessão da antecipação da tutela pleiteada, já decidiu esta eg. Corte Estadual:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DOENÇA DO TRABALHO. CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. TRANSFORMAÇÃO DA ESPÉCIE PREVIDENCIÁRIA PARA ACIDENTÁRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. INEXISTÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. RECURSO PROVIDO. POR UNANIMIDADE.

1. Versa a lide acerca do pedido de concessão do auxílio doença acidentário, bem como a cobrança das parcelas atrasadas, em razão de sua suspensão pelo INSS em 18/10/2010, que, com base em laudo médico pericial, atestou que não existe incapacidade laborativa (fls. 36).

2. O autor alega que percebeu, na qualidade de empregado, o benefício do auxílio doença previdenciário (NB 541.126.779-6) até outubro de 2010, decorrente de doença ortopédica (discopatia degenerativa lombar em L-4 e L-5, associada a protusão lombar, CDI M.54.5), conforme atestam os exames e laudos médicos acostados (fls. 23/28).

3. Informa que a causa da doença foi o acidente do trabalho ocorrido no momento em que desatrelava do veículo, em sua propriedade rural, um reboque carregado de adubos, gerando "um jeito na coluna", como descreveu na perícia do INSS.

4. Assevera que, apesar de permanecer sem qualquer condição para exercer o trabalho que habitualmente exercia, o réu suspendeu em 18/10/2010 o auxílio doença previdenciário e manteve essa decisão, inobstante o pedido de reconsideração formulado pelo autor, que continua em tratamento e sem condições para realizar seu trabalho.

5. Requer, por fim, seja restabelecido o auxílio doença, desta feita na modalidade acidentário, com efeito a partir da injusta e ilegal cessação, ocorrida em 18/10/2010, assim como o pagamento das parcelas atrasadas, mês a mês, acrescidos de juros de 1% ao mês, por tratar-se de prestação de natureza alimentar, devidamente corrigida.

6. Consta no laudo pericial do INSS (fls. 36) que o autor informou que teve "um jeito" na coluna no mês de novembro de 2009, queixando-se de dor lombar com irradiação para membro inferior esquerdo. Consta, ainda que seu último vínculo empregatício se deu no período de 01/04/08 a 07/10/09.

7. O laudo pericial descaracterizou o acidente de trabalho e concluiu que "... no momento não há dados clínicos objetivos que determinem incapacidade laboral para



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

AM
de

as atividades laborais habitualmente desempenhadas", portanto, não existe incapacidade laborativa.

8. Em contrapartida o autor não fez prova contundente da existência do acidente de trabalho, fazendo constar apenas exames e laudos médicos que atestam, de fato, que o mesmo sofre de discopatia degenerativa lombar, associada a protusão lombar, no entanto, falta a comprovação do nexo de causalidade entre a doença e o exercício do trabalho, até porque, ao que consta o autor afirma que deu "um jeito" na coluna em novembro de 2009 e somente requereu o benefício previdenciário em 27/05/2010 e na modalidade de auxílio doença previdenciário.

9. Ora, sem que seja apresentada prova inequívoca e verossimilhança da alegação, não há razão para a concessão da antecipação de tutela, sobretudo diante da existência do requisito do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, já que são irrepetíveis as prestações de natureza alimentar.

10. Por outro lado, se for o caso de restabelecimento de auxílio doença previdenciário, de fato não compete a Justiça Estadual o julgamento da matéria, que se restringe apenas às ações acidentárias.

11. PROVIDO O RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE.

(TJPE, AI 0240621-5, rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 21.06.2011).

Por fim, resta advertir que a perícia médica realizada pelo INSS (fls. 37) não constatou em exame realizado a incapacidade do apelante para o trabalho ou para a sua atividade habitual.

Com efeito, ante o caráter público do laudo pericial realizado pelo ente autárquico, este possui presunção de veracidade, a qual somente pode ser elidida por documentação robusta em sentido contrário, documentação essa que, como já demonstrado, inexistente nos autos.

Sobre esse tema, esta Câmara de Direito Público já posicionou, por unanimidade, vejamos:

PROCESSO CIVIL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO - DECISÃO ULTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - PORTADORA DE NEOPLASIA MALIGNA - MASTECTOMIA - FAVOR FISCAL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO- PARECER NEGATIVO EMITIDO POR JUNTA MÉDICA DA AUTARQUIA ESTADUAL DE TRÂNSITO - ATO ADMINISTRATIVO - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE LEGITIMIDADE - COGNição SUMÁRIA - AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA SUFICIENTES PARA O CONVENCIMENTO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS - REVOGAÇÃO DA LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

I - (...);

II - (...);

III - O Parecer médico emitido pela autarquia estadual de trânsito goza de presunção juris tantum de legitimidade e veracidade, conferida aos atos administrativos em geral, de sorte



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

as
ju

que se presume que tal ato esteja de acordo com a lei (presunção de legitimidade) e que os fatos alegados pela administração são verdadeiros (presunção de veracidade), podendo tais presunções serem elididas pelo questionamento do referido ato administrativo em juízo.

IV - Conforme se deduz da ensinância de Celso Antônio Bandeira de Mello: "Presunção de legitimidade - é a qualidade, que reveste tais atos, de se presumirem verdadeiros e conformes ao Direito, até prova em contrário. Isto é: milita em favor deles uma presunção juris tantum de legitimidade; salvo expressa disposição legal, dita presunção só existe até serem questionados em juízo. Esta, sim, é uma característica comum aos atos administrativos em geral; as subsequentemente referidas não se aplicam aos atos ampliativos da esfera jurídica dos administrados." (Bandeira de Mello, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 17ª edição, Malheiros, 2004, p. 383.). V - Laudos médicos particulares são insuficientes para afastar, em juízo preliminar decorrente de cognição sumária, a presunção de legitimidade do ato administrativo consubstanciado no laudo médico oficial emitido pela autarquia Agravante. VI - Nessa contextura, apenas em sede de cognição exauriente, após a devida fase instrutória do processo, com a consequente realização de perícia técnica a ser realizada por perito do juízo, é que poderá ser comprovada a deficiência física, apta a ensejar a concessão de benefício fiscal pelo Estado. (AI 98956920118170480 PE 0003514-93.2012.8.17.0000, Relator Des. Jorge Américo Pereira de Lira, Jul:21/08/2012, Órgão Julgador:1ª Câmara de Direito Público, Publicação:157/2012). (Grifos nossos).

Destarte, agiu corretamente o juízo monocrático ao indeferir o pleito antecipatório pretendido. O feito carece de instrução probatória, porquanto, não se encontra instruído ainda com a supracitada prova inequívoca capaz de demonstrar a probabilidade da alegação.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 12 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada